



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

## ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Anapaula Pastorio - UFSM  
Samara Celestino dos Santos - UFSM/IFPB  
Andressa Aita Ivo - UFSM/UFPEL

### RESUMO

Articulada à BNCC, a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17) altera a LDBEN/96 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Com base nesse cenário, este estudo objetiva identificar e discutir o panorama das pesquisas brasileiras sobre a REM, com viés nos temas de trabalho docente e currículo, no período de 2018 a 2023. Utilizando-se do Estado do Conhecimento, realizou-se um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses. O *corpus* de análise foi composto por 13 produções acadêmicas, entre teses e dissertações. Os resultados demonstram que acerca da temática trabalho docente, os estudos versam sobre as consequências da REM, a saber: aumento da carga de trabalho dos docentes; necessidade de assumir componentes curriculares divergentes a sua área de formação; ascensão da lógica performativa na educação culminando na precarização, descaracterização e desqualificação do trabalho docente. No que tange as análises sobre o tema currículo, podemos inferir que a REM reporta a um modelamento curricular para atender aos interesses neoliberais, ainda que a flexibilização curricular permite a valorização de disciplinas consideradas utilitárias à economia. Por fim, apesar do significativo aumento, este estudo oportunizou a percepção de que a REM ainda é incipiente nas pesquisas, especialmente em relação às suas repercussões ao ambiente escolar e aos seus sujeitos ativos.

**Palavras-chave:** Estado do conhecimento, Reforma do Ensino Médio, Políticas Educacionais.

### INTRODUÇÃO

De mãos dadas com a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio (REM) apesar de ser articulada desde 2014 pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, teve seu estopim em setembro de 2016, com a proposta da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 apenas um mês após o golpe de Estado que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, assumindo o até então vice-presidente Michel Temer. Esse cenário trouxe consigo a facilitação das reformas reivindicadas, sendo sancionada em fevereiro de 2017 a Lei 13.415, Lei da REM.

Na descrição a Lei 13.415 de 2017 altera a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, modificando, a estrutura organizacional e curricular das escolas brasileiras. Em que pese um contexto de mudanças tão caras à educação pública,



XXII ENCONTRO DE FACILITADAS PELAS RECENTES POLÍTICAS CURRICULARES E A REM, ESTE ARTIGO<sup>1</sup>, utilizando-se do estado do conhecimento como ferramenta de pesquisa, objetiva identificar e discutir o panorama das pesquisas brasileiras sobre a REM, com viés nos temas de currículo e trabalho docente.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa de Estado do Conhecimento oportuniza a investigação do estado de coisas vigente numa determinada área temática da produção acadêmica, como elucidam Gentil e Lacerda (2016) essa modalidade de pesquisa é necessária para avaliar as continuidades e descontinuidades teóricas e metodológicas, o quanto se repete ou se avança na produção de saber, a fim de evitar a estagnação do conhecimento e provocar um movimento contínuo para, dessa forma, progredir na compreensão do objeto de estudo.

O procedimento metodológico baseou-se no levantamento da produção acadêmica disponibilizada na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Consideramos para tanto os descritores ‘Currículo’ e ‘Trabalho docente’, vinculando-os aos temas ‘Novo Ensino Médio’ e ‘Reforma do Ensino Médio’, em todos os campos de busca dos trabalhos. A busca foi marcada por um recorte temporal de 2018 a 2023, a fim de identificar as pesquisas cadastradas no referido banco de dados. Já o *corpus* analítico considerou informações sobre o contexto em que as pesquisas foram desenvolvidas, seus objetivos e principais resultados. Por conseguinte, este estudo realizado até julho de 2023, configura-se como um trabalho de caráter exploratório, na perspectiva de identificar nas pesquisas selecionadas, evidências de aproximação à temática ora investigada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Estado do Conhecimento permitiu localizar 353 estudos, destes, 13 foram selecionados por condizerem com o objeto da pesquisa. Através da pesquisa com os descritores ‘Reforma do Ensino Médio’, ‘Trabalho docente’ e ‘Currículo’ obtivemos 98 resultados, que após leitura dos títulos e resumos foram selecionados 07. Seguindo o mesmo procedimento,

---

<sup>1</sup> Este artigo consiste em um recorte da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que tem como objetivo geral compreender as repercussões dos arranjos curriculares da Reforma do Ensino Médio para o trabalho docente de Educação Física na rede de ensino pública gaúcha. A Pesquisa obteve financiamento do CNPQ por meio da chamada Universal 2023 processo 405183/2023-2.

porém com os descritores ‘Novo Ensino Médio’, ‘Trabalho docente’ e ‘Currículo’, encontramos 255 resultados, dos quais 06 condizem com o tema da pesquisa. A fim de apresentar os dados iniciais e basilares do estudo, construímos o quadro a seguir.

Quadro 1 - Bibliografia sistematizada.

Nº	Ano	Autoria	Título	Nível
01	2019	Nayara L. de Andrade	A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17): o que pensam alunos e professores?	Dissertação
02	2019	Marta Luiza Sfredo	A produção da neodocência no Ensino Médio brasileiro na segunda metade do século XX: entre a eficiência pedagógica e a renovação curricular	Tese
03	2019	Larissa S. Estevão	Imperialismo e políticas educacionais para o Ensino Médio no Brasil	Dissertação
04	2020	Susana S. Scherer	A performatividade e o trabalho docente na escola pública: concepções e alguns de seus efeitos	Tese
05	2021	Liane Nair Much	Desafios e possibilidades para a implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS	Tese
06	2022	Alcinéia de Souza Silva	As contribuições de tempos, espaços e práticas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em um CEPI de Formosa-Goiás: diálogos com a reforma do Ensino Médio	Tese
07	2022	Leonardo A. Hendges	O NEM: entre as normativas/orientações para a reestruturação curricular e a prática didático-pedagógica de professores da formação geral básica	Dissertação
08	2022	Fábio Cavalcanti	Flexibilização curricular e itinerários formativos: a percepção de professores de física sobre os documentos do novo ensino médio paulista	Tese
09	2022	Fernanda Gall Centa	Autonomia docente no Novo Ensino Médio: possibilidades e constrangimentos no contexto do RS	Tese
10	2022	Luciane F. Homem	Políticas sobre o currículo do Novo Ensino Médio: desdobramentos e efeitos de um projeto piloto em uma Escola Estadual (RS)	Dissertação
11	2022	Ellen Braune Reis Silva	O eclipse da educação: a REM sob a Lei nº 13.415/2017 na perspectiva de educadores da rede estadual de ensino do município de Franca/SP	Tese
12	2022	José Carlos S. Santos	Filosofia e a BNCC, presença ou ausência? A Filosofia e o Novo Ensino Médio	Dissertação
13	2023	Tábata V. Corrêa	Atuação do “Novo Ensino Médio” no contexto educacional estadual do Rio Grande do Sul: o currículo nos contextos de produção de texto e de prática.	Tese

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Em constatação inicial, podemos perceber que restaram à análise 13 trabalhos, sendo distribuídos em 05 dissertações e 08 teses. Em 2022, houve o maior quantitativo de publicações, numa proporção de 07 dos 13 trabalhos analisados. No que tange a abordagem do objeto de estudo, podemos perceber que até o ano de 2021 o foco detém-se no contexto de formulação da REM, e em 2022 e 2023 discutem os desafios, possibilidades e reflexos diante das políticas educacionais para o Ensino Médio. Com base em uma leitura mais aprofundada dos trabalhos, algumas análises puderam ser estabelecidas, tecidas a seguir.

Much (2021) e Homem (2022) em suas pesquisas abordam as consequências da Reforma como o aumento da carga de trabalho para docentes. Na mesma linha de raciocínio, Silva (2022) aponta aspectos como: empobrecimento da formação geral básica; menos oportunidades de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos; esvaziamento teórico e, fragilização da formação básica, como o estímulo ao pensamento crítico. A tese de Sfredo (2019) traz a reflexão sobre a precarização do trabalho docente, fruto da chamada neodocência que busca orientar o trabalho docente aos resultados, com traços gerencialistas, tornando a performatividade a máxima do trabalho docente. O mesmo raciocínio é encontrado na tese de Scherer (2020), que se refere a uma “cadeia de cobranças” sob o professor, que necessita cumprir metas e indicadores como sinais de qualidade para a educação.

A padronização curricular é, também, tema de debate nos estudos analisados. Centa (2022), Scherer (2020) e Much (2021) indagam a crescente racionalização e uniformização dos currículos. Como expõe em sua dissertação, para Andrade (2019), o papel da escola e o currículo é fundamental para que se propague ou altere a ordem social vigente.

Sob o argumento de que seria necessário um currículo flexível há um modelamento curricular para atender aos interesses neoliberais. Andrade (2019), deixa explícito que o mercado de trabalho se torna um forte condicionante das disciplinas que irão compor a parte diversificada do currículo, que objetiva preparar mão de obra e, por conseguinte, disciplinas que não apresentam “utilidade econômica” são reduzidas ou excluídas do currículo escolar, como é o caso das Artes, Educação Física e humanidades. Já Estevão (2019), destaca que os marcos normativos para a educação no Brasil estão imbuídos em atender demandas do mercado, através de um currículo dinâmico e flexível visando desenvolver competências e habilidades indispensáveis à classe popular. Há, com isso, um esvaziamento do currículo científico.

Em sua totalidade, os trabalhos selecionados destacam a precariedade, descaracterização, desvalorização e desqualificação do trabalho docente sendo acentuado pela REM. Estevão (2019) e Centa (2022) sinalizam a retirada da autonomia do professor, transformando-o em mero transmissor de protocolos de modo a responsabilizá-lo pelos resultados das avaliações em larga escala no final do processo. No entanto, mesmo que os resultados pesquisados possam parecer desestimulantes, acreditamos que os sujeitos educacionais responsáveis por colocar em prática as políticas educacionais têm possibilidades de, através de releituras, ressignificar os ideais a que estas estão propostas. Mainardes (2006, p. 53) sustenta que os sujeitos educacionais têm “papel ativo no processo de interpretação e reinterpretção das políticas educacionais e, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação e discussão do cenário das pesquisas brasileiras sobre a REM, através do Estado do Conhecimento com as temáticas currículo, trabalho docente e REM, ou então, currículo, trabalho docente e NEM, permitiu observar que a política pública firmada pela Lei 13.415/2017 está em estágio inicial. Assim, estudos ainda embrionários precisam avançar para refletir as consequências aos protagonistas da vida escolar. Salienta-se a carência de pesquisas que discutam e denunciem questões tão caras à educação, aos professores e aos alunos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. L. de. **A Reforma do Ensino Médio (Lei 13415/17): o que pensam alunos e professores?** Dissertação, Unesp. Jaboticabal, 140 p. 2019.

CENTA, F. G. **Autonomia docente no Novo Ensino Médio: possibilidades e constrangimentos no contexto do RS.** Tese, UFSM. 378 p. Santa Maria, 2022.

CORRÊA, T. V. **Atuação do “Novo Ensino Médio” no contexto educacional estadual do Rio Grande do Sul: o currículo nos contextos de produção de texto e de prática.** Tese. 275 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023

ESTEVIÃO, L. dos S. **Imperialismo e políticas educacionais para o Ensino Médio no Brasil.** Dissertação, UFPE. 156 p. Recife, 2019.

GENTIL, V. K; LACERDA, M. P. C. de. Expansão do ensino superior do sistema federal brasileiro no período 2003 -2006. **RBP**AE - v. 32, n. 3, p. 829 - 849 set/dez. 2016.

HOMEM, L. F. **Políticas sobre o currículo do Novo Ensino Médio: desdobramentos e efeitos de um projeto piloto em uma Escola Estadual (RS).** Dissertação. 143 f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2022.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MUCH, L. N. **Desafios e possibilidades para a implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria, RS.** Tese UFSM, 284 p. Santa Maria, 2021.

SCHERER, S. S. **A performatividade e o trabalho docente na escola pública: concepções e alguns de seus efeitos.** Tese, UFPEL. 224 p. Pelotas, 2020.

SFREDO, M. L. **A produção da neodocência no Ensino Médio brasileiro na segunda metade do século XX: entre a eficiência pedagógica e a renovação curricular.** Tese, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 258 p. São Leopoldo, 2019.

SILVA, A. de S. **As contribuições de tempos, espaços e práticas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em um CEPI de Formosa-Goiás: diálogos com a reforma do Ensino Médio.** Tese. Universidade de Brasília, 292 p. 2022.